



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E REGIMENTO INTERNO

<b>ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E REGIMENTO INTERNO – COJURI GESTÃO: 2018/2019</b>
---

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, no gabinete do Desembargador Jovaldo Nunes Gomes, localizado no Palácio da Justiça, às 14:00 horas, onde presentes se encontravam o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno, Desembargador Jovaldo Nunes Gomes, comigo assessora técnica da Comissão, e o Desembargador José Ivo de Paula Guimarães – membro da Comissão, foi instalada a 19ª reunião extraordinária da COJURI pelo Exmo. Sr. Des. Jovaldo Nunes Gomes. Inicialmente, o Presidente requereu a apresentação dos projetos pendentes de parecer. A assessoria apresentou o **projeto de resolução n. 005-2019**, de competência do órgão especial, que **altera a Resolução n. 345, de 06 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a atribuição de nomes aos imóveis onde são executadas atividades do Poder Judiciário do Estado**. Cuida o projeto de atribuir de nomes aos imóveis onde são executadas atividades do Poder Judiciário do Estado. De logo, o Presidente da Comissão, Des. Jovaldo Nunes solicitou a informação da data de publicação do projeto, de modo que a assessoria informa que a publicação é de 17.06.2019. Em virtude do prazo regimental para apresentação de emendas, a Comissão o analisará na próxima reunião juntamente com as emendas apresentadas. Em seguida, a Comissão passou a analisar o **projeto de resolução n. 006/2019**, também do órgão especial, que **altera a Resolução n. 419, de 23 de abril de 2019, que institui a Medalha do Mérito Desembargador Geraldo Campos**, salientando que a proposta é de iniciativa da COJURI. Inicialmente, o Desembargador Jovaldo ressaltou que essa proposta foi elaborada pela COJURI a pedido do Des. Ricardo Paes Barreto. Após, a assessoria ressalta que a proposição pretende conferir destaque à concessão de Medalhas, na categoria Labor, aos Diretores do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), desde sua criação e subsequentes, e ao Presidente do Tribunal, atual e subsequentes. O Presidente da Comissão destacou que é uma opção normativa legítima que possibilitará à Diretoria do CEJ agraciar com a outorga da Medalha do Mérito Desembargador Geraldo Campos os Diretores do CEJ, bem como Presidentes do Tribunal de Justiça. Assim, o Exmo. Sr. Presidente da COJURI, Des. Jovaldo Nunes Gomes, deu por encerrada a reunião, tendo eu, \_\_\_\_\_ assessora técnica da COJURI, lavrado a presente ata, que vai assinada pelo Desembargador Presidente e os demais membros da Comissão.

**Des. Jovaldo Gomes Nunes**  
Presidente da COJURI

**Des. Fausto de Castro Campos**  
Membro da Comissão



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E REGIMENTO INTERNO

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Membro da Comissão